

**CONTRATO Nº 200/2026**
PREGÃO ELETRÔNICO 012/2026

Aquisição de Equipamentos Permanentes Diversos, destinados à setores da Sec. de Saúde que celebram o MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ e a empresa TMD ECOMMERCE LTDA

Pelo presente instrumento de contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o número 89.658.025/0001-90, estabelecido à Rua Hermogênio Cursino dos Santos, 342, em Salto do Jacuí/RS, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **RONALDO OLÍMPIO PEREIRA DE MORAES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **TMD ECOMMERCE LTDA** com sede na Rua G 35, Bairro Centro, na cidade de Itaara/RS, inscrita no CNPJ nº 54.152.890/0001-86, por seu representante legal Sr. **MATEUS VENTORINI HORVATH**, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato de acordo com o que consta no **Processos n.º 603/2026 e 599/2026, Pregão Eletrônico Nº 012/2026**, tipo menor preço por item, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, estabelecem as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui-se objeto da presente licitação, na modalidade Edital de pregão eletrônico para a aquisição de Equipamentos Permanentes Diversos, destinados à setores da Sec. de Saúde demais requisitos no anexo I e Termo de Referência I e II em anexo ao edital.

Empresa: TMD ECOMMERCE LTDA - 54152890000186						
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
24	2,00	UN	TABLET Sistema operacional: Android ou iOS atualizado Tela: mínimo 10 polegadas, resolução Full HD Processador: quad-core ou superior Memória RAM: mínimo 4 GB Armazenamento interno: mínimo 64 GB Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth, opcional 4G/5G Câmera: frontal e traseira, mínima de 5 MP Bateria: autonomia mínima de 8 horas em uso contínuo Carregamento: via USB-C ou carregador fornecido Acessórios inclusos: capa protetora, caneta stylus (opcional), cabo de alimentação Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Demais exigências do produto no Termo de Referência I anexado junto a este edital	Lenovo Full HD 64gb 4gb RAM	1.208,00000	2.416,00



29	1,00	UN	FOGÃO DOMESTICO DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA (ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA): Fogão doméstico a gás, adequado para uso em ambiente institucional, com as seguintes características mínimas: Tipo: piso Quantidade mínima de 04 (quatro) bocas Funcionamento a gás GLP (botijão) ou GN (conforme necessidade do órgão) Acendimento automático Mesa em aço inox ou esmaltado de alta resistência Trepes individuais removíveis e resistentes Botões removíveis Forno com capacidade mínima de 50 litros Porta do forno com vidro temperado Luz interna no forno Controle de temperatura do forno Grade interna no forno Pés niveladores 4. DIMENSÕES APROXIMADAS Altura: 0,85 m a 0,95 m Largura: 0,48 m a 0,60 m Profundidade: 0,55 m a 0,65 m Especificações Técnicas Mínimas (requisitos obrigatórios): Deverão atender todas as especificações do Termo de Referência II anexado junto a este Edital	Consul 4 BOCAS	1.228,00000	1.228,00
30	1,00	UN	FORNO MICRO-ONDAS Forno micro-ondas de uso doméstico/institucional, adequado para utilização em unidades de saúde, com as seguintes características mínimas: Capacidade mínima de 20 litros Potência mínima de 700W Alimentação elétrica: 110V ou 220V (conforme padrão do órgão) Painel de controle eletrônico ou mecânico Funções básicas: aquecer, descongelar e cozinhar Timer com desligamento automático Prato giratório removível Iluminação interna Porta com visor e trava de segurança Sinal sonoro ao término do funcionamento 4. DIMENSÕES APROXIMADAS Altura: 25 cm a 35 cm Largura: 40 cm a 55 cm Profundidade: 30 cm a 45 cm Especificações Técnicas Mínimas (requisitos obrigatórios): Deverão atender todas as especificações do Termo de Referência II anexado junto a este Edital	Midea 20L	494,00000	494,00
37	1,00	UN	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL Impressora laser multifuncional, destinada ao uso administrativo em Unidades de Atenção Básica de Saúde, com funções de impressão, cópia e digitalização (scanner), devendo atender às seguintes características mínimas: Tecnologia de impressão: laser monocromática (ou policromática, conforme demanda do órgão)	antum Multifuncional Laser Mo	1.874,00000	1.874,00



			Funções: imprimir, copiar e digitalizar Velocidade mínima de impressão compatível com uso administrativo (mínimo 20 páginas por minuto) Resolução de impressão mínima de 600 x 600 dpi Alimentação de papel com bandeja de entrada mínima para 150 folhas Impressão frente e verso automática (duplex) Conectividade: USB e rede Ethernet e/ou Wi-Fi Compatibilidade com sistemas operacionais Windows e Linux Scanner com alimentação plana e/ou ADF (alimentador automático de documentos) Resolução óptica de digitalização adequada para documentos administrativos Memória interna compatível com operação multitarefa BIVOLT Especificações Técnicas Mínimas (requisitos obrigatórios): Deverão atender todas as especificações do Termo de Referência II anexado junto a este Edital			
46	1,00	UN	Impressora comum destinada ao uso administrativo em Unidades de Atenção Básica de Saúde, com as seguintes características mínimas: Tecnologia de impressão: jato de tinta ou laser (conforme necessidade do órgão) Função principal: impressão de documentos administrativos Resolução mínima de impressão de 600 x 600 dpi ou superior Velocidade mínima compatível com uso institucional (mínimo 15 páginas por minuto) Bandeja de entrada com capacidade mínima de 100 folhas Conectividade USB e/ou rede Ethernet e/ou Wi-Fi Compatibilidade com sistemas operacionais Windows e Linux Impressão em papel A4 Sistema de instalação simples (plug and play quando aplicável) Especificações Técnicas Mínimas (requisitos obrigatórios): Deverão atender todas as especificações do Termo de Referência II anexado junto a este Edital	antum	988,00000	988,00
49	1,00	UN	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW) DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA (ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA): Projetor multimídia (datashow) destinado ao uso institucional em Unidades de Atenção Básica de Saúde, para atividades educativas, reuniões e capacitações, com as seguintes características mínimas: Tecnologia de projeção LCD ou DLP Resolução mínima SVGA (800x600) ou superior Luminosidade mínima de 2.500 a 3.500 lumens (ou superior) Contraste adequado para uso em ambientes internos Entradas HDMI e VGA (ou compatíveis com adaptadores) Compatibilidade com notebooks, desktops e outros dispositivos multimídia Alto-falante embutido (quando aplicável) Controle remoto incluso Correção de distorção trapezoidal (keystone) Vida útil da lâmpada compatível com uso contínuo institucional Especificações Técnicas Mínimas (requisitos obrigatórios): Deverão atender todas as especificações do Termo de Referência II anexado junto a este Edital	amy T7	734,00000	734,00
			Total dos Produtos	7.734,00		



CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. A Contratada receberá o valor total de **R\$7.734,00 (sete mil e setecentos e trinta e quatro reais)** que será pago pela CONTRATANTE até o 60º dia subsequente à entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento emitido pela Secretaria Municipal competente. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação. Vencido o prazo acima sem o respectivo pagamento, o valor será atualizado pro rata die pela variação do IPCA-E, ou outro índice que o governo indicar e que venha substituí-lo até a data do efetivo pagamento.

2.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 1º Na Nota Fiscal/Fatura, deverão estar destacados os valores relativos ao INSS e IR, caso ocorra o fato gerador deste ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

§ 2º Fica expressamente estabelecido que no preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

OBS.:

I - Ao emitir a nota fiscal, a empresa deverá fazer constar, além do nº do edital (Pregão Eletrônico nº 012/2026), a especificação do item, nº do item, nº do empenho correspondente(s) sob pena de ter de refazê-la.

II - Para fins de pagamento, a licitante vencedora deverá informar na Nota Fiscal a Instituição Bancária, Agência e Conta para os créditos oriundos do fornecimento do produto licitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA

3.1 O Os materiais deverão ser entregues em sua totalidade no prazo máximo de dez dias corridos a contar do envio da Nota de Empenho, na Secretaria Municipal de Saúde.

3.2 Entende-se por recebimento o descarregamento e acomodação dos produtos no local acima indicado.

3.3 A mercadoria deverá estar acompanhada da cópia da Nota de Empenho e da nota fiscal/fatura.



3.4 Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadre nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e substituição no prazo de 05 (cinco) dias.

3.5 O não cumprimento da obrigação, ocorrerá em penalidade, nos termos da Lei 14.133/2021, e deste Edital.

3.6 Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados, à CONTRATADA, sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

3.7 A empresa proponente deverá examinar cuidadosamente as condições de fornecimento do objeto deste Edital, com especial atenção às penalidades estabelecidas para os casos de descumprimento das obrigações contratuais, ficando cientes de que a Municipalidade aplicará as sanções previstas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 17.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 29.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

4.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

4.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.6. A aplicação das sanções previstas no item 29.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. 179.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do item 17.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

4.7. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

4.8. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

4.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de

HA



coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

4.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

4.11. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 17.2 do presente Edital exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

5.1. A CONTRATADA deverá garantir a utilização dos produtos durante a sua validade. A validade/assistência técnica dos produtos deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da entrega, salvo desgaste natural.

5.2. A CONTRATADA é obrigada a prestar os serviços contratados conforme especificações e em consonância com a proposta de preços.

5.3. A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4. A CONTRATADA é obrigada a providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE, se este estiver em desacordo com o solicitado.

5.5. A CONTRATADA é obrigada a arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, imprudência, negligência ou imperícia cometida na execução do contrato.





5.6. A CONTRATADA é obrigada a arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

5.7. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento do serviço.

5.8. O preço ajustado na cláusula segunda inclui todos e quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, artigo 121 da Lei 14.133/21.

5.9. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da má execução dos serviços ora contratados, inclusive quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruição.

5.10. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% do valor inicial contratado.

5.11. O CONTRATANTE fica obrigado a fiscalizar o perfeito cumprimento das demais cláusulas do edital e do contrato.

5.12. O CONTRATANTE fica obrigado a comunicar à contratada, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da execução do contrato ou quando do funcionamento irregular para imediata adoção das providências, para sanar os problemas eventualmente ocorridos.

5.13. O CONTRATANTE fica obrigado a proporcionar as condições necessárias para que a contratada possa cumprir o que estabelece o edital e o contrato.

5.14. O CONTRATANTE fica obrigado a efetuar os pagamentos no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, e nos serviços que estiverem de acordo com as especificações, comunicando à contratada quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos.

5.15. O CONTRATANTE fica obrigado a prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da contratada.

5.16. O CONTRATANTE fica obrigado a dirimir, por intermédio do fiscal do contrato, as dúvidas que surgirem no curso na prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas com a execução do presente contrato, para o exercício de 2026, estão previstas nas dotações orçamentárias a seguir:



P.A 1008

Rubrica: 44.90.52.08 / 44.90.52.12 / 44.90.52.34 / 44.90.52.35 / 44.90.52.42

Recurso: 26.01.45.05 / 16.01.45.05 Co: 3110 BOHN GASS

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente instrumento terá vigência durante o exercício fiscal de 2026, contados da data em que for firmado, e encerrando-se com a entrega e o pagamento total das mercadorias relacionadas na cláusula primeira, ou no dia 31 de dezembro de 2026, após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, podendo, entretanto, ser prorrogado e aditivado mediante termo aditivo com a concordância de ambas as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito ao CONTRATADO indenização de qualquer espécie quando:

I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;

II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

III - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato.

IV - Em observância às demais normas contidas no Art. 137 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DO ENQUADRAMENTO NA LEI

9.1 O presente contrato está vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico nº. 012/2026, e à Lei Federal n.º 14.133/2021, mesmo nos casos omissos, ao qual o contratado obriga-se a manter as mesmas condições assumidas, com relação à habilitação e qualificação no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A gestão contratual ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde. A funcionária da Secretaria Municipal de Saúde, Sra. **MARTA PETRI**, ficará responsável pela fiscalização do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA DE SALTO DO JACUÍ

CAPITAL GAÚCHA DA ENERGIA ELÉTRICA

11.1 Fica eleito o foro da comarca de Salto do Jacuí (RS), como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as cláusulas contratadas.

Salto do Jacuí, RS, 06 de julho de 2026.


RONALDO OLÍMPIO PEREIRA DE MORAES

Prefeito Municipal – Contratante

MATEUS
VENTORINI

HORVATH:0

3358433013

TMD ECOMMERCE LTDA

Empresa Contratada

Assinado de forma
digital por MATEUS
VENTORINI

HORVATH:0335843
3013

Dados: 2026.07.15
14:29:18 -03'00'

Testemunhas: _____